

Estratégias e Possibilidades Pedagógicas Para o Museu Afro Digital do Maranhão

Juliana Nogueira dos Santos¹

Rayra Chrystina Veiga Campos²

João Batista Bottentuit Junior³

Resumo

Como uma resposta às diversas mudanças sociais que dizem respeito às novas linguagens, os museus se reinventaram em outro cenário: na internet. Nesse sentido, os museus virtuais vêm se tornando ferramentas com diversas possibilidades para educação. A partir dessas perspectivas, este artigo analisa o Museu Afro Digital do Maranhão a fim de indicar propostas pedagógicas para o uso desse recurso em sala de aula. Dessa forma, a educação étnicorracial é abordada a partir da temática do museu, sendo percebida como um universo vasto e fecundo, por conseguinte, com grandes implicações.

Palavras-chave: Tecnologias da Educação; Educação Museal; Educação Étnicorracial.

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vive em constantes mudanças com relação à fluidez e agilidade na transmissão das informações. Essas transformações são ponto de partida para a criação de novas formas de manusear a informação, além de novas modalidades textuais que surgem da necessidade de adequar as narrativas de outrora à era da

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do MA. Graduada em Ciências Sociais pela UFMA. Graduanda em Direito na Universidade Ceuma. Atua na área de museologia e curadoria no Museu Afro Digital do Maranhão. E-mail: juliana.dsn@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Santa Fé com especialização em Docência em Educação Infantil pela UFMA e em Gestão Educacional, Planejamento e Supervisão Escolar pela IESF. É funcionária da Prefeitura Municipal de São Luís onde trabalha como professora da Educação Infantil e desenvolve projetos direcionados a cultura afro-brasileira e a melhoria das relações étnico-racial. Atualmente está cursando o Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade na UFMA. E-mail: rayraped@hotmail.com

³ Doutor em Ciências da Educação com área de especialização em Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho (2011). Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão, atuando no Departamento de Educação II, é também Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (Mestrado Acadêmico) e Gestão de Ensino da Educação Básica (Mestrado Profissional), atua na linha de Cultura, Educação e Tecnologia (Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação). E-mail: jbbj@terra.com.br

computação. Tais linguagens, que derivam desse processo, são caracterizadas principalmente pelas possibilidades e amplitude de sua atuação.

A Internet, principal ferramenta desse novo momento mundial, possibilita uma reflexão mais aprofundada sobre o uso das informações que podem ser encontradas em rede. Nesse contexto, acredita-se que não há propriedade particular sobre determinado conteúdo, a partir do momento que este é publicado, pois este passa a interagir com diferentes usuários, que, não raro, colaboram com o processo, alimentando-o com suas próprias impressões e características.

Nesse ambiente surge o Museu digital, um fenômeno recente que tem ganhado espaço na sociedade pela dinamicidade e alcance, principalmente se comparado aos museus tradicionais. De acordo com Ferretti (2012):

O Museu digital é entendido como um lugar democratizante em que se produzem relações de alteridade, construções indenitárias, de reconhecimentos e pertencimentos locais, regionais e nacionais. É um mecanismo de acesso fácil, dinâmico e gerador de interatividade que espelha a cultura de diferentes grupos marginalizados e que se reconhecem por meio de valores, tradições, pertencimentos locais comuns, memórias individuais e coletivas. (FERRETTI, 2012, p. 06)

Dessa forma, pode-se afirmar que todo objeto ou experimento exposto é pensado e projetado com o objetivo de transmitir algum tipo de informação ou conteúdo, mas nem sempre, como se vê, esse projeto segue indicações de alguma teoria pedagógica. Às vezes, ele é desenvolvido através do processo pragmático-empírico e intuição do seu criador. Com o presente artigo, pretende-se refletir sobre o papel das novas tecnologias na ampliação das possibilidades de divulgação do conhecimento e desenvolver orientações pedagógicas para a educação através do Museu Afro-Digital, além de apresentar o site como uma ferramenta de pesquisa nas escolas das redes pública e privada de ensino.

MUSEUS E EDUCAÇÃO

O museu, tal como a sociedade, está em constante fase de transmutação, tendo, obrigatoriamente, de acompanhar a evolução dos novos desafios que se colocam diariamente, em que diferentes possibilidades e funções são propostas. Neste sentido, muitos museus estão empenhados em reavaliar as suas coleções e as suas histórias com conotações contemporâneas. Assim, através da Internet e das tecnologias associadas, o museu pode avançar muito mais rapidamente, criando novas formas de leituras e concepções museológicas.

Nesse sentido, surgem os museus virtuais, digitais e remotos, que apresentam grandes vantagens, tais como a possibilidade de divulgação ampla que o meio virtual permite. Os museus digitais se diferenciam por não possuírem equivalentes no mundo físico e apresentarem “acervos” formados por reproduções digitais ou por obras-de-arte criadas originalmente em linguagem digital (LOUREIRO, 2004, p.97). Desta forma, os documentos e trabalhos tornam-se acessíveis a qualquer interessado que tenha acesso à internet. Isto abre possibilidades inesgotáveis de mostrar materiais que se encontram arquivados há muitos anos. Para que isto se torne possível, há, por um lado, o cuidado incansável de guarda e manutenção dos arquivos por parte dos pesquisadores e, por outro lado, o trabalho dos que manipulam os recursos e técnicas áudio visuais. Alguns, muito jovens, aprendem a navegar na internet por curiosidade e por formação. Outros, com maior acervo cultural, enfrentam desafios para atender as necessidades de manutenção de um museu disposto na web.

Para Sansone (2012), o museu digital deve ser um lugar democratizante em que se produzem relações de alteridade e construções identitárias. Este é um dispositivo de acesso fácil, dinâmico, gerador de interatividade que demanda um diálogo com questões referentes ao patrimônio material, imaterial e étnico, além de contribuir para a integração entre a cultura popular e a erudita. Sansone (2012) afirma ainda que o Museu Digital pretende ser um museu sem donos, que procura estimular a generosidade e a doação digital de fotos e documentos, ficando os originais com seus proprietários.

Neste sentido, Marcelo Cunha (2012, p. 246) afirma que “um museu digital deve se caracterizar entre outros aspectos pela imaterialidade, ubiquidade, provisoriedade e interatividade, já que estas são características que lhe agregam valores”. Deve ter um acervo aberto, além de ser uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço do desenvolvimento da sociedade, onde vigore a generosidade digital. Deve ainda pesquisar, difundir, expor seu acervo e contribuir para a preservação da memória social.

Dessa forma, os museus virtuais tendem a se tornar não só um lugar onde as pessoas têm um encontro com as conquistas passadas da humanidade, mas também com a realidade dos dias atuais e, sobretudo, com as perspectivas do mundo futuro. Sendo assim, as novas tecnologias digitais são vistas com muito mais relevância e utilidade para a Educação Museal, pois além de serem grandes processadores de imagem, textos, áudios e vídeos, são também um poderoso meio de armazenamento de memórias, que organiza e comunica uma grande quantidade de informação, de modo fácil, rápido e

acessível. As informações são disponibilizadas simultaneamente a uma pluralidade de locais e de usuários, rompendo com barreiras de espaço, tempo e estrutura.

Essas possibilidades permitem que os recursos possam ser utilizados na sala de aula, tecnologias ou ferramentas que articulam múltiplas temporalidades em diferentes cenários socioculturais. Eles operam com patrimônios tangíveis e intangíveis e fazem parte das necessidades básicas dos seres humanos, no entanto, o desafio principal é a familiarização da sociedade com a tecnologia: o Maranhão é o último estado do país no número de domicílios com acesso à internet. Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, esse índice era de menos de 10 por cento.

No entanto, Niza (2012) afirma que se deve estabelecer uma guerra aberta à ilusão dos grupos homogêneos e exige a necessidade da recapitulação de conteúdos, no sentido de criar a possibilidade de produzir, já a partir da infância, os vários processos sociais em que se dá “a construção da cultura toda”. Na promoção da sua diferença individual, Niza (2012) aponta que todos os alunos devem participar na delimitação, organização e avaliação da vida da turma e das tarefas escolares. O autor apresenta uma proposta em que aprender dispensa a função de ensinar as lições formais iguais para todos, no sentido de se descobrir na individualização do percurso escolar e no convívio cultural a condição da melhoria das capacidades cognitivas.

Trata-se de permitir às crianças falarem acerca do que veem, com alguém que proporciona a informação e que sirva apenas de moderador da discussão. São as crianças que geram as suas interpretações, que discutem formando assim a sua opinião, fundada no que veem e não no que lhes contam, assim, ao mesmo tempo que aprendem, respeitam o ponto de vista das outras pessoas (OLIVEIRA, 2012, p. 287).

Segundo Michel Thevoz: “Expor é, ou deveria ser, trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma mais refratária da ignorância: a ideia preconcebida, o preconceito, o estereótipo cultural”. A remoção dessas barreiras é complexa, envolvendo uma abordagem holística do museu. A divulgação do trabalho é apenas um dos componentes de uma aproximação do museu à escola, um dos muitos blocos de construção necessários para que as diversas comunidades começassem a compartilhar a cultura, propriedade das coleções ricas e inspiradoras (THEVOZ *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 341).

Ainda na perspectiva de educação em museus, destaca-se a Educação Não-Formal e a Educação Popular que seriam duas representações dessa concepção. A

Revista Tecnologias na Educação – Ano 9 – Número/Vol.18 – Edição Temática III – I Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação- tecnologiasnaeducacao.pro.br

Educação Popular, fundamentada na teoria de Paulo Freire, busca promover a integração e participação dos sujeitos na construção da sociedade através de uma educação comprometida com a conscientização e politização do educando com o meio em que vive como sujeito ativo capaz de refletir e agir sobre ele (FREIRE, 1981).

Nesse sentido, as escolas podem se utilizar da relevância social dos museus e da dinamicidade da rede a fim de se valer desses recursos como um elemento facilitador da educação. Dessa forma, ressalta-se a importância da elaboração de propostas pedagógicas através de recursos audiovisuais, uma vez que a cultura de um povo não está somente em artefatos, mas em hábitos, comportamentos e linguagens que podem ser registrados através da fotografias, vídeos e sons. Estes possuem um alto potencial de perpetuação da memória por meio da sua reprodução em espaços democratizantes ou nos meios de comunicação em massa.

Logo, os recursos audiovisuais trazem novos e bons contributos à educação em geral, a imagem, enquanto disciplina de contato e proximidade, figura como uma ferramenta de embasamento, conhecimento e reconhecimento da diversidade cultural, social e individual, principalmente na atual conjuntura em que a realidade é vista tangencialmente, por se modificar rapidamente, produzindo novos contextos de investigação, onde as imagens servirão para mostrar como todo o conhecimento pode ser então provisório e refundível (EDWARDS, 2011).

Dada essa atribuição, os meios de reprodução da imagem devem ser considerados, já que são responsáveis por “libertar as imagens das interferências humanas” (DASTON e GALISON, 2007, p.121). Todos esses processos de globalização causam uma mudança vertiginosa na sociedade, e os museus virtuais e demais meios digitais são apresentados como uma espécie de propulsores dessa mudança, tendo a importante função de armazenamento e de distribuição das informações.

Assim, observa-se a relevância dessa ferramenta de divulgação e propagação de conhecimento que se adequa ao momento em que vivemos para permitir a socialização de materiais que se perderiam no tempo, uma vez que não havia até então uma política de preservação de acervos no ambiente digital. Grande parte do material produzido por pesquisadores, estudiosos, fotógrafos e etnólogos que estudaram e documentaram aspectos da cultura negra maranhense estavam, portanto, fadados ao esquecimento e deterioração.

O Maranhão surge nesse cenário como um dos estados de maior população negra do país, ao lado do Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Esses lugares tradicionalmente ligados ao povo e à memória afro foram os primeiros a receber o projeto de Museus Afro Digitais, financiado e elaborado em parceria com a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e as IES: UFMA, UERJ, UFBA e UFPE. Assim, nas palavras de Ferretti (2012):

A digitalização e disponibilização do material localizado e que está sendo reunido e salvaguardado, servindo como referência a pesquisas em diversos domínios como pensamento social brasileiro, a história e antropologia no Brasil e na África, história da diáspora africana, história dos movimentos sociais no Brasil, história da escravidão negra no Brasil e outras interfaces. (FERRETTI, 2012, p. 06)

Segundo Barbosa et al. (2010, p. 8) a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades, devem voltar-se para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Nesse sentido, entende-se como uma ação cultural o que consistiria no processo de mediação, podendo permitir ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, visando o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente de sua realidade. Seus resultados assegurariam a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida assim, a ação educativa nos museus sempre seria benéfica para a sociedade, o que determinaria, em última instância, o papel social dos museus.

EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL

A política de dominação racial, que se perpetuou à frente das estruturas de poder há mais de quatro séculos no Brasil, introjetou na memória coletiva a inferioridade intelectual e cultural de negros e indígenas, considerados grupos subalternos. Pode-se constatar historicamente que o sistema escolar brasileiro teve ampla participação nesse processo, pois o currículo escolar seguiu um modelo elitista, eurocêntrico e cristão, contribuindo para a constituição de uma sociedade racista e preconceituosa.

Mesmo com o grande contingente populacional de afrodescendentes (pretos e pardos), a cultura afro-brasileira sempre tem encontrado diversas barreiras no âmbito escolar, como afirma Cavelleiro (2001):

Nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas, negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa

filosofia de vida, de nossa posição no mundo, da nossa humanidade (CAVELLEIRO, 2001)

A possibilidade de uma abordagem a cultura afro-brasileira na escola é constantemente acompanhada da superficialidade, ajudando a reforçar estereótipos, sem uma construção histórica possível de levar ao entendimento do que representa a resistência de um povo excluído e marginalizado socialmente:

Ao estudar a cultura afro-brasileira, atentar para visualizá-la com consciência e dignidade. Recomenda-se enfatizar suas contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores. Banalizar a cultura negra, estudando tão somente aspectos relativos a seus costumes, alimentação, vestimenta ou rituais festivos sem contextualizá-la, é um procedimento a ser evitado. (BRASIL, 2006, p.72)

Constata-se que os negros foram representados nos livros como escravos, ou quase sempre em situação de servidão e inferioridade racial, sem desvelar as condições desiguais as quais os negros foram obrigados a sobreviver, fator que não os impossibilitou de participar da formação da riqueza econômica e da identidade brasileira. O antropólogo Kabengule Munanga (2008) nos alerta:

Sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso oriundos do mundo ocidental. (MUNANGA, 2008)

A exclusão da história e da cultura afro-brasileira traz impactos negativos aos alunos afrodescendentes, causando baixa autoestima e a auto-rejeição à sua condição social e características físicas. O indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (SILVIA, 2008, p. 19).

Diante dessa realidade, é necessário romper com essa estrutura ideológica e a hierarquização imposta, pois o currículo é componente pedagógico constituído por uma grade de conteúdos prescritos, na maioria das vezes de forma unilateral, e estabelecer uma nova perspectiva curricular que valorize a cultura de origem africana e afro-brasileira, possibilitando seu acesso e o diálogo com a memória e a ancestralidade negra, favorecendo dessa forma a construção da identidade racial dos alunos, levando-os ao entendimento de que sua cultura representa a resistência de um povo que se enraizou e se mostra viva, devendo receber seu real valor para que se perpetue e outras gerações possam ter acesso.

Considerando a multiculturalidade do país, a escola deve assumir uma postura equânime que contemple a diversidade étnica, religiosa e cultural e que busque uma prática que ensine que as diferenças devem ser respeitadas.

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2003, p. 07)

Sabe-se, no entanto, que a temática é complexa, pois a solução para a problemática depende da tomada de consciência e o comprometimento dos profissionais de educação em se posicionar politicamente na luta contra o preconceito, ajudando a cultura afro-brasileira a sair da invisibilidade. Visando a desconstrução de conceitos errôneos arraigados socialmente e reparar as injustiças cometidas contra os afrodescendentes, foi instituída em 2003 a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira, visando a melhoria das relações etnicorraciais nas escolas. A Lei é considerada uma política de ação afirmativa e, para sua efetivação, foram elaboradas em 2004 as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais, a serem implementadas em todas as escolas de educação básica do país. O documento determina que:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (BRASIL, 2003, p. 21)

O parecer regulador aponta caminhos conceituais e metodológicos, mas não visa engessar a prática pedagógica dos professores que almejam procurar outros direcionamentos, pois as ações apontadas servem como referenciais e podem ser adaptadas às realidades dos sistemas de ensino e às necessidades dos alunos. Embora a Lei delimite a obrigatoriedade da abordagem nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil, não impossibilita que os conteúdos sejam trabalhados em outras disciplinas, porque na luta pela democratização do conhecimento e o intuito de tornar a sociedade mais justa e igualitária, os esforços não podem ser limitados, dependem, no entanto, de um trabalho articulado e em conjunto dos sujeitos.

No âmbito escolar e acadêmico, as africanidades constituem-se um campo de estudo, logo, tanto podem ser organizadas como disciplina curricular, programa de estudos abrangendo diferentes disciplinas, como em área de investigação. Em qualquer caso, caracterizam-se pela interrelação entre diferentes áreas do conhecimento. (BRASIL,2003, p. 157)

Nesse sentido, a interdisciplinaridade é o uma proposta transgressora, capaz de romper com o ensino compartimentalizado e isolador das áreas do conhecimento e das experiências individuais e coletivas, pois integra diferentes saberes capazes de contribuir para novos entendimentos referentes à diversidade étnico-cultural do país. Deve-se atentar que esse modelo pedagógico de ensino-aprendizagem requer uma capacidade de aproximação com a pesquisa e apropriação de novos conceitos e uma hermenêutica que possibilite ir além do conhecimento especializado adquirido na academia:

Pensar propostas de implementação da Lei nº. 10.639/2003 é focalizar e reagir a estruturas escolares que nos enquadram em modelos por demais rígidos. Atentarmos para a interdisciplinaridade nesta proposta é estarmos abertos ao diálogo, à escuta, à integração de saberes, à ruptura de barreiras, às segmentações disciplinares estanques. (BRASIL,2003, p. 59)

No intuito de transformar as perspectivas tradicionais que limitam o acesso à informação, é necessário, além do posicionamento político, buscar uma aproximação com novos espaços pedagógicos que possam fomentar valores e disseminar os pensamentos afro-brasileiros, demonstrando aos alunos os diferentes modos de viver, de se expressar e enxergar o mundo.

APRESENTAÇÃO DO MUSEU DIGITAL

O Museu Afro Digital do Maranhão é parte complementar da rede de museus afro digitais do Brasil. Foi criado em 2011 a partir de uma proposta apoiada pela Capes Pro Cultura com o tema: “Arquivo e Museu Digital da Memória Negra e Africana no Brasil”. Nesse sentido, a proposta de intervenção dos museus afro digitais está voltada para a preservação da cultura e dos elementos característicos nos estados participantes. Inicialmente a rede era composta por quatro estados, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, hoje também integram a rede Mato Grosso e Lisboa, com o Museu Afro Digital Português.

Os museus digitais participantes do projeto são vinculados a Universidades Federais e Estaduais, o que possibilita um cenário de discussão, uma vez que “os novos museus afro-brasileiros, ao procurarem fortalecer a imagem do negro, parecem apontar alternativas ainda não encontradas nos debates acadêmicos” (SANTOS, 2005, p. 55). Nesse sentido, sabe-se que as relações históricas do Brasil com o continente africano,

Revista Tecnologias na Educação – Ano 9 – Número/Vol.18 – Edição Temática III – I Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação- tecnologiasnaeducacao.pro.br

por muito tempo foram negligenciadas e atualmente estão sendo valorizadas. Logo, o governo brasileiro tem promovido políticas de inclusão afirmativa da cultura afro-brasileira e ameríndia. Dessa forma, “os museus como diversas outras instituições oficiais cumprem um papel fundamental na formação das identidades nacionais” (SANTOS, 2012 - b, p. 22).

Nesse cenário, o museu Afro Digital do Maranhão apresenta-se como um recurso audiovisual que permite com que os alunos possam conhecer a cultura afro-maranhense sob diferentes perspectivas. O endereço de acesso é www.museuafro.ufma.br, seu acervo conta com 553 páginas de documentos, 4 vídeos, 94 áudios e 1980 imagens que podem ser contemplados através do acesso ao site, tornando-se um espaço democrático, pois possibilita um contato que dentro da realidade de várias escolas seria impossível ser alcançado.

As instituições organizadas com base em aspectos das culturas africanas e do povo negro no Brasil também fornecem um conjunto de conhecimentos imprescindíveis ao trabalho educativo. Museus físicos ou virtuais, espaços culturais, bibliotecas, escolas de samba, grupos de dança, capoeira podem ser contatados para enriquecer o dia a dia das instituições educativas. (BRASIL,2003, p.18)

O museu afro Digital do Maranhão apresenta-se ainda como uma alternativa ao desprendimento do livro didático que em grande parte aponta para um discurso ideológico de dominação, com imagens estereotipadas dos negros e que não levam ao entendimento sobre o processo de formação das manifestações culturais e religiosas de matriz africana. O museu digital foi desenvolvido por profissionais cuja área de atuação são estudos étnicos-raciais e está filiado à rede da memória virtual da Biblioteca Nacional, trata-se desse modo de uma instituição de referência e credibilidade na difusão da ciência e do conhecimento.



Figura 1: Layout do Museu Afro Digital do Maranhão

É relevante para os profissionais de educação do Maranhão, comprometidos com a melhoria das relações identitárias, poderem utilizar um meio de informação que não sofreu distorções e que mostra as diferentes formas do povo negro se relacionar com o material e o com o intangível. Estão disponíveis aos interessados exposições com a temática religiosa que abrange os rituais e as festas de Tambor de Mina, Terecô, Umbanda e Pajelança, participam também do acervo diferentes manifestações da cultura popular do Maranhão como o Tambor de Crioula, Bumba-meu-boi, e trabalhos de pesquisas relacionados a quilombos. Compõem ainda o website registros fotográficos de Pierre Verger e Marcel Gautherot. É importante destacar que o Museu Afro Digital do Maranhão participou do processo de criação da Rede de Educadores em Museu do Maranhão – REM Maranhão, grupo que promove discussões sobre a contribuição dos museus no sistema educacional do estado.

O acervo descrito acima permite desde uma simples visita para vislumbrar as imagens, as cores e a estética disponibilizadas nas páginas, até um trabalho interdisciplinar e de pesquisa com diferentes enfoques no campo da educação. A exposição também possibilita a articulação entre passado e presente trazendo uma valiosa contribuição para a história, a memória e a ancestralidade fundamentais para a formação da identidade. Por conseguinte, destaca-se a relevância deste nos estudos e preservação da memória afro no país.

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Observa-se a seguir, como os conteúdos podem ser distribuídos nas diferentes áreas do conhecimento da educação básica e podem ser adaptados aos níveis de ensino. Para melhor abordagem dos temas, os professores devem ter um embasamento teórico, além de saber discernir a metodologia ideal a ser aplicada de acordo com os objetivos que visam alcançar, devem também valorizar o currículo oculto e as experiências dos alunos, só assim poder-se-á ofertar uma educação de qualidade voltada para melhoria das relações étnico-raciais nas escolas.

- Em história pode ser trabalhado o processo de formação e organização das comunidades negras como o quilombo do Frechal no Litoral Norte do Maranhão; Origem e difusão das manifestações como o Tambor de Crioula e Festa do Divino Espírito Santo;
- Através das peculiaridades percussivas dos grupos culturais e das manifestações religiosas os alunos podem conhecer as diferentes regiões do Maranhão;
- A relação afetiva do povo de quilombo com seu território, preservação e equilíbrio da biodiversidade e os meios de subsistência dos quilombolas servirão para demonstrar a bem-sucedida forma de se relacionar com o meio ambiente e reconhecê-lo como portador de energia vital;
- As exposições fotográficas possibilitam a observação de um universo próprio, onde as indumentárias, os colares de contas, os brilhos e as cores expressam uma identidade incomum no mundo ocidental e traz a possibilidade de interpretá-las e construir releituras;
- Os instrumentos musicais de percussão possuem nome, toques e emitem diferentes sons, cumprem um papel duplo, de alegrar as festas de santo e fazer a ligação do homem com as entidades do mundo espiritual, desse modo, constitui-se um interessante campo de estudos;
- A manifestação da cultura popular do Maranhão apresenta movimentos coreográficos que podem ser trabalhados com o objetivo de desenvolver a corporeidade e expressividade;
- As religiões afro-maranhenses estão imersas em um rico universo mítico, são diversas histórias sobre os encantados e caboclos que podem ser utilizados como temática de pesquisa e produção textual. Destaca-se que as Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso apontam para que a

disciplina seja trabalhada na escola de forma a permitir que tanto o professor quanto os alunos possam refletir sobre a diversidade religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na sociedade estão ocorrendo em grande velocidade e podem exigir uma resposta rápida dos museus, como tal, a aposta na formação torna-se num desafio. O conceito de “museu virtual” passa por enquadrar os museus numa comunidade, que ambiciona uma condição que ainda não existe, mas que futuramente e em função da relação de demonstrações que têm vindo a acontecer, se pode antever a sua concretização.

O processo de inserção da educação museal nas instituições de ensino é de extrema importância para o resgate da nova geração. O Museu Afro Digital do Maranhão apresentou-se como uma ferramenta que pode gerar a curiosidade, o aprendizado, o desenvolvimento de múltiplas habilidades, o pensamento filosófico, a consciência cultural e a contemplação artística no ensino.

No entanto, o uso do museu como ferramenta pedagógica exige dos estabelecimentos de ensino equipamentos tecnológicos (computadores, notebooks, tablets e celulares) com acesso à internet e depende de profissionais capacitados para utilizá-lo como uma ferramenta educacional. Sabe-se que no Maranhão a realidade das escolas compromete a promoção do ensino-aprendizagem e a existência do museu ainda é desconhecida por muitos alunos e professores.

Conclui-se ainda que o desenvolvimento da temática afro-maranhense no espaço escolar proporcionará uma significativa contribuição em diferentes campos, como na formação da identidade do adolescente, na possibilidade de criar e partilhar experiências significativas no ambiente escolar, no desenvolvimento de valores e reafirmação de crenças, bem como na formação de um futuro adulto centrado na sua condição humana e com consciência crítica da realidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA et al. **Ação Educativa em Museus: Caderno 04**. Belo Horizonte: Gerais, 2010.

BRASIL. Orientações ações para educação das relações éticos raciais. Brasília/SECAD, 2006.

_____. Lei nº 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

Revista Tecnologias na Educação – Ano 9 – Número/Vol.18 – Edição Temática III – I Simpósio Nacional de Tecnologias Digitais na Educação- tecnologiasnaeducacao.pro.br

- incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 out. 2006.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001b, p. 07.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Algumas considerações sobre museus digitais. In: SANSONE, Livio (Org.) *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva*. Salvador: Ed. UFBA, 2012.
- DASTON L., GALISON P. **Objectivity**. New York: Zone Books. 2007. p. 501.
- EDWARDS, Elisabeth, 2011, "Tracing photography", em Marcus Banks e Jay Ruby (orgs.), **Made to Be Seen: Perspectives on the History of Visual Anthropology**. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 159-189.
- FERRETTI, Sergio Figueiredo. (Org.) **Museus Afro-Digitais e Política Patrimonial**. São Luís: EDUFMA, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Webmuseus de arte: aparatos informacionais no ciberespaço. **Ciência da informação**, v. 33, n. 2, p. 97-105, 2004.
- MUNUNGA, Kabengule **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, SECAD, 2008.
- SANSONE, Lívio. Os dilemas da patrimonialização do intangível: da invisibilidade à hipervisibilidade de alguns aspectos da cultura afro-brasileira. In: SANSONE, L. (Org.) **A política do Intangível: museus e patrimônios em novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 327-346.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Museus, n. 31, 2005, p. 37-57.
- _____. Museu Afrodigital: políticas culturais, identidade afro-brasileira e novas tecnologias. In: Ferretti, S. **Museus Afrodigitais e política patrimonial**. São Luís: EDUFMA, 2012 – b, p 21 – 47.
- _____. Museu digital da memória afro-brasileira: um ato de resistência. In: SANSONE, L. (Org.) **A política do Intangível: museus e patrimônios em novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2012 - a, p. 277 – 291.
- SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação do livro didático. In: KABENGUELE MUNUNGA. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, SECAD, 2008.
- SILVA, Petronilha Gonçalves e Beatriz. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: KABENGUELE MUNUNGA. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, SECAD, 2008.
- OLIVEIRA, Genoveva. 2012. **Museus e Escolas: os serviços educativos dos museus de arte moderna e contemporânea, um novo modo de comunicação e formação**. Tese de doutoramento, Universidade de Évora.
- RAMOS Ó, Jorge. 2012. **Conhecer e enfrentar o intolerável da escola com Sérgio Niza. Niza**, Jorge. Escritos de Sérgio Niza: Escritos sobre educação. Tinta da China.
- THEVOZ, Michel apud MOUTINHO, Mário. **A construção do objeto museológico**. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº. 4. Lisboa: ULHT/Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1994, p. 6. Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas.